



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º 136, DE 2013

(Do Sr. Nilson Leitão)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, fiscalização nas obras do Veículo leve sobre trilhos - VLT, em Cuiabá - MT, para verificar a regularidade da aplicação dos recursos federais.

DESPACHO:

NUMERE-SE. PUBLIQUE-SE. ENCAMINHE-SE, EM DEVOLUÇÃO, À COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação interna nas Comissões

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, proponho, ouvido o Plenário desta Comissão, e com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, seja realizado ato de fiscalização referente à aplicação dos recursos Federais destinados as obras do Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, em Cuiabá – MT.

JUSTIFICATIVA

A prática de malversação dos recursos públicos, aliada à falta de planejamento e habituais ocorrências de corrupção no que tange as obras no Brasil, agravada neste momento que antecede realização da Copa do Mundo de Futebol, tem sido algo constante nos diversos estados brasileiros.

O jornal **Folha de São Paulo**, explicita esta situação em matéria publicada no último dia 20 de agosto do corrente ano, transcrita abaixo:

0/08/2013 - 03h37

Investigação sobre VLT de Cuiabá é ampliada

Publicidade

**ANDRÉ
REYNALDO
DE SÃO PAULO**

TUROLLO

**CARAMANTE
JR.**

As recentes denúncias de cartel e suspeitas de pagamento de propina envolvendo contratos de trens e metrô em São Paulo motivaram autoridades em Mato Grosso a aprofundar as investigações, iniciadas em 2012, sobre as obras do VLT (veículo leve sobre trilhos) de Cuiabá.

A empresa que irá entregar os trens desse VLT é a multinacional espanhola CAF --a mesma que venceu, em 2008, uma licitação para o fornecimento de 40 trens à CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos).

[Cartel de trens pode ter atuado em mais cinco capitais](#)
[Cade nega ter politizado denúncia da Siemens](#)

A CAF é citada pela Siemens no material que a empresa alemã entregou ao Cade (Conselho Administrativo de

Defesa Econômica) denunciando a formação de cartel, do qual fez parte, para acertar o resultado de licitações.

A multinacional é uma das empresas líderes do Consórcio VLT Cuiabá, que venceu em 2012 a licitação para instalar o sistema na cidade, por R\$ 1,47 bilhão --o dobro da previsão inicial do projeto.

Em agosto de 2012, reportagem do UOL, que pertence ao Grupo Folha, que edita a Folha, revelou que funcionário do governo de MT denunciara que agentes públicos receberam R\$ 80 milhões de propina e que o resultado da licitação era conhecido antes da abertura das propostas.

Agora, diante das revelações do caso Siemens, as investigações ganham "novo foco direcionado ao fornecimento de trens" pela CAF. "É preventivo", afirmou o promotor Clóvis de Almeida Junior.

Um ponto importante para as investigações, segundo o promotor, é descobrir se o consórcio vencedor subcontratou empresas dos consórcios derrotados, prática comum quando há conluio.

Um dos consórcios derrotados contava com a Alstom, multinacional francesa apontada pela Siemens como membro de cartel em São Paulo.

A Polícia Federal abriu inquérito para apurar eventuais crimes na licitação, como corrupção. O contrato já é alvo de ação no Superior Tribunal de Justiça, movida pelo Ministério Público, que pede sua anulação e a paralisação da obra --o que hoje, segundo o promotor, ficou inviável, pois causaria mais prejuízo.

O argumento dessa ação é que o Regime Diferenciado de Contratação, modalidade de licitação empregada no VLT, não se aplicaria ao caso. Responsável pela investigação na esfera cível, o Ministério Público Federal informou que ouvirá o funcionário do governo que fez as denúncias no ano passado, Rowles Magalhães Pereira da Silva.

OUTRO LADO

Procurados, a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo 2014, responsável pelas obras, e o Consórcio VLT Cuiabá não haviam respondido aos contatos da Folha até a conclusão desta edição. A reportagem não conseguiu localizar Silva, que fez as denúncias em 2012.

Da reportagem, é possível depreender que a multinacional CAF lidera o consórcio do VLT no Mato Grosso. Em 2012 venceu a licitação para instalar o sistema na cidade, por R\$ 1,47 bilhão, o dobro da previsão inicial do projeto. Na ocasião, o site UOL publicou matéria, na qual funcionário do governo do Estado denunciou que agentes públicos receberam pagamento de propina em troca de favorecimento.

Não bastasse a denuncia de irregularidades e de corrupção praticado por agente público, o site do G1, em 6 de agosto do corrente ano publicou matéria informando que um Relatório extraordinário de acompanhamento das obras, divulgado pelo TCE, concluiu que a construção do VLT está comprometida por um atraso de 180 a 210 dias, atingindo 35,48%. Ao longo do mês de junho, a obra avançou apenas 1,67%.

Ressalta-se que ao Congresso Nacional, por meio de suas Casas e de suas comissões, cabe a obrigação de adotar uma postura altaneira no que tange à fiscalização dos atos do Poder Executivo, em virtude de sua missão institucional, conforme previsto no art. 71 da Constituição da República. A Constituição expressamente dispõe que ao Congresso nacional cabe:

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

VI - fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

Desta forma a responsabilidade fiscalizatória institucional desta Casa impõe que seja realizado ato de fiscalização e controle, objetivando não somente garantir a regularidade da aplicação dos recursos federais, mas também contribuir para as ações necessárias relativas ao desempenho regular da obra, mediante acompanhamento por esta Comissão.

Assim, espero contar com o apoio dos pares para a aprovação da referida proposta.

Sala das sessões, 05 de setembro de 2013.

Deputado Nilson Leitão
Líder da Minoria

FIM DO DOCUMENTO